



POLÍTICA DE IMPORTAÇÃO: ANÁLISE DO ALINHAMENTO DOS PROJETOS DE PESQUISA COM A ESTRATÉGIA NACIONAL PARA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

IMPORT POLICY: ANALYSIS OF THE ALIGNMENT OF RESEARCH PROJECTS WITH THE NATIONAL STRATEGY FOR SCIENCE, TECHNOLOGY AND INNOVATION

Nara Antonio Francisco, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil, narafrancisco@hotmail.com

Rafael Crivellaro Minuzzi, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil, rafaminuzzi86@gmail.com

Luis Carlos Zucatto, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil, luiszucatto@gmail.com

Resumo

Este estudo tem como objetivo investigar as características dos projetos de pesquisa beneficiados com as políticas de importação no ano de 2015 e a relação desses projetos com os focos temáticos delineados na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) 2012-2015. A base teórica que sustenta o estudo trata de Políticas Públicas, procurando-se caracterizar o que sejam, seu ciclo e formas de avaliação destas, as políticas de importação na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015. A pesquisa possui uma abordagem qualitativa na medida em que se propõe observar, examinar, compreender as particularidades desses projetos e sua relação com os focos temáticos da ENCTI 2012-2015. Constatou-se que as importações concentram-se nas áreas consideradas como fronteiras do conhecimento: a biotecnologia e a nanotecnologia. Essas duas áreas juntamente com as áreas consideradas prioritárias (tecnologias da informação e comunicação, petróleo, aeroespacial, fármacos e complexo industrial da defesa) importaram em torno de sete milhões de material para suas pesquisas, isso representa 69,12% do valor total das importações custeadas com projetos de pesquisa na UFSM no ano de 2015.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Pesquisa; Importação.

Abstract

This study aims to investigate the characteristics of research projects benefiting from import policies in the year 2015 and the relation of these projects with the thematic focuses outlined in the National Strategy for Science, Technology and Innovation (ENCTI) 2012-2015. The theoretical basis of the study is Public Policy, aiming to characterize what they are, their cycle and ways of evaluating them, import policies at Federal University of Santa Maria (UFSM) and the National Strategy for Science, Technology and Innovation 2012-2015. The



research has a qualitative approach, which proposes to observe, examine and understand the peculiarities of these projects and their relationship with the thematic focuses of ENCTI 2012-2015. Imports were found to focus on areas considered as knowledge frontiers: biotechnology and nanotechnology. These two areas, together with the priority areas (information and communication technologies, oil, aerospace, pharmaceuticals and defense industrial complex), imported around 7 million in material for their research, representing 69.12% of the total amount of imports funded with research projects at UFSM in the year 2015.

Keywords: Public policy, Research; Imports.

1. INTRODUÇÃO

O avanço do conhecimento se dá em dois sentidos: alcançar toda a população; e, despertar a capacidade de fazer pesquisa e desenvolvimento. Para tanto, se faz necessário pessoas capazes de fazer escolhas e solucionar problemas. No entanto, em nosso País estas questões ainda são contingenciadas pela baixa escolaridade média da população, que é de 8,3 anos para a população com até 29 anos de idade (Observatório do Plano Nacional de Educação, 2015) eo restrito número de pesquisadores. Observa-se que houve significativo avanço em ambos os indicadores, no entanto, comparativamente a outros países, mesmo na América Latina, o Brasil ainda é equiparado a países como o Suriname (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, 2013).

Nas últimas décadas houve uma expansão da pós-graduação e da pesquisa, a partir de 1994, com a estabilização econômica, os recursos investidos passam ter regularidade e a pesquisa volta-se para a inovação. Para direcionar a pesquisa visando resultados práticos, em 1999 foi criada uma nova forma de financiamento, os chamados Fundos Setoriais. No ano de 2004 é instituída a Lei de Inovação (Lei nº 10.973) com o objetivo de aproximar pesquisadores acadêmicos e atividades de pesquisa empresarial. Para incentivar as empresas que investem em inovação foi criada em 2005 a Lei do Bem (Lei nº 11.196), Schwartzman (2008) afirma que esses incentivos não mostraram resultados significativos.

Se o desenvolvimento tecnológico não foi significativo, o crescimento da pesquisa acadêmica evoluiu e isso pode ser verificado por meio do número de artigos das vinte maiores entidades e indexados entre 1998 e 2002, apenas três não são de instituições de ensino superior: a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), e o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas-CBPF (SCHWARTZMAN, 2008).



Diante dessas constatações, é importante lembrar que a pesquisa necessita, além do conhecimento, da capacidade e habilidade do pesquisador e da sua equipe, uma infraestrutura incluindo bens como materiais permanentes e de consumo. A aquisição desses bens é influenciada pelas políticas fiscais adotadas pelo governo que podem dificultar ou favorecer a aquisição desses bens. A partir desse contexto, a questão norteadora do estudo é se os temas abordados nos projetos desenvolvidos na UFSM, que realizaram a importação de materiais, convergem para as áreas estratégicas definidas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) para o período 2012-2015.

Para estruturar a resposta à questão apresentada, esse artigo tem como objetivo geral: Investigar as características dos projetos de pesquisa beneficiados pelas políticas de importação, e a relação desses com os focos temáticos apresentados pelo MCTI. Como objetivos específicos, elencam-se: Identificar a política de importação na UFSM, mapear as importações de material permanente e material de consumo para a pesquisa; e identificar os focos temáticos desses projetos beneficiados por essa política.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para dar sustentação à pesquisa, inicialmente, nesta seção são apresentados os fundamentos referentes à política de importação de material para a pesquisa científica e a Estratégia Nacional para Ciência, Tecnologia e Inovação –ENCTI para o período 2012-2015.

2.1 POLÍTICA DE IMPORTAÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS À PESQUISA CIENTÍFICA

As universidades brasileiras concentram a produção científica, seja ainda pelo pouco investimento privado em pesquisa científica no Brasil (47%) em relação a outros países como China e Coréia onde esse índice é superior a 70% e também pela própria atividade mais direcionada para a formação de recursos humanos qualificados. Entretanto, além de recursos humanos, essas pesquisas dependem da importação de equipamentos e insumos, o que ainda é uma barreira para os pesquisadores. Conforme estudos de Rehen et al., (2010) 90% dos pesquisadores brasileiros afirmam que já deixaram de realizar uma pesquisa ou parte dela ou



tiveram que alterar especificações devido a dificuldades na importação, sendo que 42% responderam “Sim (corriqueiramente)” e 48% responderam “Sim (eventualmente)”.

Uma das formas de alterar esse cenário desfavorável à pesquisa científica é promover a celeridade no trâmite do processo de importação, a Lei nº 8.666/90 que trata do processo licitatório para as compras públicas, estabelece no artigo 24, inciso XXI a dispensa de licitação para a aquisição ou contratação de produto para pesquisa e desenvolvimento. Essa mesma Lei define que produto para pesquisa e desenvolvimento são bens, insumos, serviços e obras necessários para atividade de pesquisa científica e tecnológica, desenvolvimento de tecnologia ou inovação tecnológica, discriminados em projeto de pesquisa aprovado pela instituição contratante (BRASIL, 1993).

Outro instrumento concebido para fortalecer a pesquisa científica são os incentivos fiscais, é possível dizer que, esses benefícios fazem parte de uma política pública de incentivo às pesquisas científicas em andamento e encontram-se regulados por lei. Os incentivos fiscais buscam induzir os investimentos empresariais em inovação mediante mecanismos diversos, tais como: deduções, amortizações, depreciações ou crédito fiscal. Os principais mecanismos de incentivo fiscal vigentes no País são: a Lei de Informática, a Lei do Bem e o Inovar-Auto.

A Lei de Informática prevê incentivos fiscais em IPI (Impostos sobre Produtos Industrializados) para empresas que produzam no Brasil bens de informática, automação e telecomunicações. Algumas das atividades de inovação apoiadas pela Lei do Bem são: despesas operacionais com PD&I; aquisição de bens de capital e bens intangíveis; capacitação laboratorial; e contratação de pesquisadores. O Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores (Inovar-Auto) foi criado pela Lei nº 12.715/2012 e tem validade para o período de 2013 a 2017. O Inovar-Auto prevê incentivos fiscais em IPI para empresas que realizem dispêndios no País com pesquisa, desenvolvimento tecnológico, inovação tecnológica, entre outros. (BRASIL, 2016).

Embora os esforços das últimas décadas, o Brasil ainda é um país que depende da tecnologia externa e como os investimentos em pesquisa no Brasil ainda são realizados em



grande parte pelo Estado, algumas Leis como a Lei do Bem e Lei da Informática foram criadas para mitigar os riscos dos investimentos em pesquisa pelos empresários. Entretanto, a Lei nº 8.010/1990 tem como beneficiários os pesquisadores que realizam importação de bens e insumos para suas pesquisas via CNPq. A isenção fiscal regulamentada pela Lei nº 8.010/1990 diz que são isentas dos impostos de importação e sobre produtos industrializados e do adicional ao frete para renovação da marinha mercante as importações de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, bem como suas partes e peças de reposição, acessórios, matérias-primas e produtos intermediários, destinados à pesquisa científica e tecnológica (BRASIL, 1990). Para que a instituição usufrua desse benefício fiscal deve estar credenciada no CNPq, que é, nesses casos, o órgão responsável pela anuência da Licença de Importação.

A anuência pelo CNPq da Licença de Importação ocorre após a publicação da portaria pelo Ministério da Fazenda sobre a quota global de importação para a pesquisa com isenção de impostos. A portaria do Ministério da Fazenda nº. 322, de 26/07/2016 fixou o valor anual em 290 milhões de dólares para importação de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica com isenção fiscal para o ano de 2016. Em relação ao ano de 2015 que é o recorte temporal dessa pesquisa o limite global estabelecido conforme portaria nº. 904, de 03/12/2015 foi de 485 milhões de dólares. Em paralelo à etapa de publicação da portaria pelo Ministério da Fazenda ocorrem os demais trâmites na instituição para aquisição dos bens conforme as demandas dos pesquisadores.

As operações que envolvem comércio exterior (Comex) na UFSM são executadas pelo Setor de Importações da UFSM (Setimp) vinculado ao Departamento de Materiais e Patrimônio (DEMAPA). Este setor é responsável pelas aquisições internacionais e pelo auxílio à comunidade científica em outras ações relacionadas ao comércio exterior. A maior parte dessas operações de Comex na UFSM corresponde a importações de bens e insumos destinados a atender a execução de projetos de pesquisa, conforme dados coletados junto ao Setor de Importações da UFSM.



2.2 ESTRATÉGIA NACIONAL PARA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A história da ciência no Brasil e, em particular, do fomento à ciência é muito recente e tem pouco mais de meio século. O país cresceu e se transformou nos últimos cinquenta anos. A explosão demográfica, a urbanização e a industrialização, que em conjunto formaram o pano de fundo da história brasileira na segunda metade do século XX fazem parte dos indicadores da evolução espantosa do país neste meio século (BRASIL, 2001).

Com a industrialização e desenvolvimento surgiu a necessidade de profissionais especializados, assim em 1951 foi criado Conselho Nacional de Pesquisas, através da Lei 1.310/1951, atual Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que possui a finalidade de fomentar a pesquisa científica e tecnológica e incentivar a formação de pesquisadores brasileiros (BRASIL, 2017).

Também em 1951 no governo de Getúlio Vargas foi criada a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, atualmente chamada de CAPES-Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior com o objetivo de promover a expansão e consolidação dos cursos de mestrado e doutorado, sendo responsável pela aprovação dos cursos *strictu senso* e sua avaliação, acesso e divulgação da produção científica, além de investir na formação de recursos humanos. Uma mostra da relevância do trabalho da CAPES é o ano de 1965 que é considerado de grande importância para a pós-graduação: 27 cursos são classificados no nível de mestrado e 11 no de doutorado, totalizando 38 no país (BRASIL, 2017).

Nesse cenário de mudanças e com o intuito de dar apoio financeiro aos projetos científicos e tecnológicos é instituído em 1965 por meio do Decreto nº 55.820 o Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas, conhecido atualmente como FINEP-Financiadora de Estudos e Projetos, que possui como missão o fomento a CT&I (Ciência, tecnologia e inovação), em instituições públicas e privadas (BRASIL, 2017).

Finalmente, em 1985, o Decreto 91.146 institui o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), com uma estrutura mais complexa e robusta, tratando os assuntos de interesse da



CT&I com maior poder e especialização. A primeira medida após a criação do MCT foi realizar uma conferência de Ciência e Tecnologia, pois a população em geral e a comunidade científica desejavam participar das decisões governamentais em todos os níveis, depois de vinte anos de um regime autoritário. Apesar da tentativa de construir novos caminhos para essa participação, turbulências econômicas e políticas se seguiram e interromperam por um período considerável os debates iniciados. (BRASIL, 2001).

A ENCTI, formulada no ano de 2011 pelo MCTI e que deveria orientar os esforços nacionais voltados à Ciência, Tecnologia e Inovação no período de 2012-2015 é um marco para a articulação e coordenação das políticas públicas para avançar no desenvolvimento tecnológico e científico do País. Com esse intuito, a ENCTI elege cinco áreas importantes:

- a) Tecnologias da informação e comunicação (TICs): nesta área é necessário promover uma ampla integração das tecnologias da informação e a modernização da indústria brasileira. O Brasil é o terceiro maior mercado global dessa indústria, principalmente para *tablets*, *notebooks* e *laptops*. Planos para esse setor visam aumentar a verticalização da indústria, usando cada vez mais conteúdo nacional, acompanhado da articulação de metas de exportação para os próximos anos (BRASIL, 2012);
- b) Fármacos e Complexo Industrial da Saúde: os insumos para a saúde são produtos considerados de segurança nacional e de importância econômica, portanto resgatar a competitividade da indústria nacional e diminuir a dependência externa por tecnologia são estratégicos para o País. Apesar do predomínio das multinacionais no mercado nacional de medicamentos, verificou-se, ao longo das últimas décadas, um aumento considerável na participação de empresas nacionais no mercado. Nesse sentido, dados de 2010 colocam o mercado farmacêutico brasileiro na 8ª posição no ranking mundial da indústria farmacêutica, isso se deve ao resultado da consolidação do segmento de medicamentos genéricos no País (BRASIL, 2012);
- c) Petróleo e Gás: o setor de petróleo e gás responde por mais da metade da matriz energética mundial. Esse setor assume crescente importância na economia brasileira,



fato que pode ser atestado na última década pela autossuficiência na produção petrolífera atingida em 2006 e a descoberta do pré-sal em 2007. As aquisições da Petrobras manterão o Brasil como um dos maiores contratantes de equipamentos e serviços submarinos no mundo por décadas. Várias empresas multinacionais instalaram plantas produtivas no Brasil ou ampliaram a capacidade instalada, outras caminham para instalar centros de P&D o que além de benefícios serão laboratórios para aprendizagem (BRASIL, 2012);

d) Complexo Industrial da Defesa: a recuperação do Complexo Industrial da Defesa além de prover artigos e sistemas necessários ao emprego das Forças Armadas pode servir em alguns setores da ciência como indutor de inovações tecnológicas e estender o uso dos produtos gerados às aplicações civis. As Forças Armadas oferecem, em matéria de ciência, tecnologia e inovação, aportes valiosos para a elevação do nível de autonomia do País (BRASIL, 2012);

e) Aeroespacial: o Programa Espacial Brasileiro representa importante setor da economia nacional, por seu elevado conteúdo científico, tecnológico e de inovação, mas também pela sua contribuição para a soberania do País. Dadas as características territoriais e geopolíticas do Brasil, que dificultam o atendimento às necessidades nacionais nas áreas de telecomunicações, faz-se necessário ao País dispor de informações obtidas por meio de satélites (BRASIL, 2012).

3 MÉTODO DE PESQUISA

A pesquisa é qualitativa, descritiva, se configura como pesquisa bibliográfica e documental. A fonte de dados utilizada foram os documentos da instituição como memorandos, processos de importação, projetos de pesquisa e também materiais publicados como os dispositivos legais e documentos referentes a essas políticas.

Para identificar os focos temáticos desses projetos e posterior alocação em categorias o estudo se apoiou na análise de conteúdo proposta por Bardin (1977). Preliminarmente, foi estabelecido um quadro referencial (Quadro 1) com as palavras mais frequentes na ENCTI



2012-2015 em cada área que o governo estabeleceu como prioritária. Em seguida, foi feita a leitura dos resumos e palavras-chave de cada projeto, o que permitiu realizar a sua alocação nas categorias da ENCTI. O quadro 1 apresenta as palavras mais frequentes na ENCTI:

Categorias da ENCTI	Palavras mais frequentes em cada categoria
TICs-Tecnologias da Informação e Comunicação	TICs, software, hardware, sistemas, semicondutores, microeletrônica, mídias eletrônicas, inclusão digital, governo eletrônico, displays, defesa cibernética, banda larga
Petróleo e gás	Petróleo, pré-sal, barris, indústria naval
Aerospacial	Telecomunicações, vigilância de fronteiras, satélites, sensoriamento remoto, espaço, meteorologia
Fármacos e Complexo industrial da saúde	Fármacos, medicamentos, vacinas, hemoderivados, reagentes, diagnóstico, toxinas, soros, radiofármacos, doenças, equipamentos, saúde, hospitais
Complexo industrial da defesa	Defesa, arma, segurança, explosivos, forças armadas, marinha, exército, aeronáutica
Nuclear	Nuclear, usinas nucleares, reator, medicina nuclear, radioisótopos
Nanotecnologia	Nanotecnologia, nanomateriais, nanodispositivos
Biotecnologia	Biotecnologia
Energia/meio ambiente	Energia, fontes renováveis, matrizes energéticas, carbono, etanol, biodiesel, solo
Áreas complementares	Indústria, tecnologias para cidades sustentáveis

Quadro 1 - Categorias e atributos elaborados com base na ENCTI 2012-2015

Fonte: Elaborado pelos autores a partir da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

De acordo com dados do estudo, o valor total de material importado para os projetos de pesquisa no ano de 2015 foi de R\$ 10.451.645,80, desse valor 33,38% foram destinados para 27 projetos que possuem focos temáticos voltados para as cinco áreas prioritárias: TICs, petróleo e combustível, aeroespacial, fármacos e complexo industrial da defesa. O quadro 2 apresenta os resultados:



Categorias estabelecidas de acordo com a ENCT 2012-2015	Número de projetos	Valor do material importado
Áreas consideradas prioritárias	27	3.489.037,09
Percentual das áreas prioritárias em relação ao valor total		33,38%
TICs	12	1.209.516,33
Petróleo e combustível	4	1.153.139,04
Aerospacial	3	698.736,17
Fármacos	7	321.700,38
Complexo industrial da defesa	1	105.945,17
Áreas consideradas como fronteiras para inovação	5	3.734.936,59
Percentual das áreas em relação ao valor total		35,74%
Nanotecnologia	4	3.116.965,75
Biotecnologia	1	617.970,84
Áreas consideradas de fomento à economia verde	12	2.320.984,24
Percentual das áreas em relação ao valor total		22,21%
Energia	6	1.646.176,94
Meio ambiente	6	674.807,30
Áreas consideradas complementares	12	849.616,70
Percentual das áreas em relação ao valor total		8,13%
Indústria de defensivos agrícolas	4	589.347,21
Indústria da construção civil	4	86.085,37
Indústria de alimentos	2	136.489,08
Saúde pública	2	37.695,04
Áreas não convergentes	1	57.071,18
Percentual das áreas em relação ao valor total		0,55%



Mapeamento e coleta de fósseis	1	57.071,18
Valor total do material importado	57	10.451.645,80

Quadro 2 - Áreas de pesquisa que realizaram importação de material no ano de 2015

Fonte: Elaborado pelos autores. Dados da pesquisa (2015)

Dentre as áreas prioritárias se destacam as TICs, com atividades como desenvolvimento de protótipos, *software*, circuitos integrados e estruturar os laboratórios para simulação, apresentando 12 projetos que importaram R\$ 1.209.516,33, sendo a área que apresenta uma maior fragmentação de valores e número de projetos. A área de petróleo e combustível importou o valor de R\$ 1.153.139,04 atendendo quatro projetos, sendo a maior parte desse valor destinado para a importação de um microscópio para o estudo do processo de corrosão por ácidos nas refinarias. A área de petróleo e gás é vista como uma das mais promissoras no País, desde a descoberta do pré-sal em 2007, é uma área que carece principalmente de profissionais qualificados, portanto a UFSM por meio desses quatro projetos contribui para a qualificação dos pesquisadores e futuros profissionais.

Devido às características do território nacional, a área aeroespacial é considerada prioritária para o governo, as informações obtidas via satélites podem servir de base para a solução de problemas sociais, além de ser uma questão de soberania ao proporcionar a vigilância das fronteiras. Desse modo, o objetivo da área aeroespacial é atender às demandas nacionais por satélites de telecomunicações, de observação da Terra, de meteorologia e para missões científicas e tecnológicas (ENCTI,2012). No ano de 2015, com a finalidade de simular condições atmosféricas, foi importado o valor de R\$ 698.736,17.

A indústria de fármacos é responsável pela produção de medicamentos, fármacos, soros, reagentes e vacinas. A importação de materiais para pesquisa na área de fármacos atingiu o valor de R\$ 321.700,38 com sete projetos o que pode favorecer o principal objetivo nessa área que é ampliar a produção nacional de fármacos, produtos e equipamentos para a saúde, aumentando o acesso da população às tecnologias de diagnóstico e terapia.



O complexo industrial da defesa é considerado como indutor de novas tecnologias, essas inovações podem ter uso também pela sociedade civil. O desenvolvimento de materiais resistentes ao impacto balístico pode ser empregado em viaturas, navios, aeronave (ENCTI,2012). Entre as áreas consideradas prioritárias foi a que menos importou (R\$ 105.945,17) no ano de 2015.

As áreas de biotecnologia e nanotecnologia consideradas como fronteiras para a inovação concentraram 35,74%, ou seja, juntas foram as áreas que conseguiram efetuar um maior volume de importação. Para a área de biotecnologia no ano de 2015 foram importados dois equipamentos para um único projeto, totalizando R\$ 617.970.84. O Brasil é contemplado por diversos recursos naturais, possuindo uma rica biodiversidade que fornece novas moléculas e compostos o que contribui significativamente para o estudo de fármacos, biocombustíveis e defensivos agrícolas, entre outros.

Nesse contexto, também se insere a nanotecnologia que foi a área que mais importou material, atingindo o valor de R\$ 3.116.965,75. O estudo de novos materiais, mais seguros, inovadores e competitivos é essencial para os mais diversos setores, podemos citar entre outros: o têxtil, de cosméticos, embalagens inteligentes, fármacos e energia. Portanto, a nanotecnologia é propulsora não somente das áreas consideradas prioritárias, mas de muitas outras impactando diversos setores que buscam desenvolver tecnologia e inovação, o que justifica ser considerada a base da próxima revolução industrial.

Quanto às áreas não convergentes com as diretrizes do MCTI, conforme os dados, observou-se um projeto que importou o valor de R\$ 57.071,18 representando 0,55% do valor total importado em 2015. Esse projeto relaciona-se ao mapeamento e coleta de fósseis na região de Agudo, embora não esteja apontada diretamente na ENCTI 2012-2015, preservar o patrimônio histórico é fundamental para ciência, pois se constitui uma fonte de pesquisa para novos estudos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS



Este trabalho teve o objetivo de investigar as características dos projetos de pesquisa beneficiados com as políticas de importação, e sua (possível) relação com áreas consideradas prioritárias pela Estratégia Nacional para Ciência, Tecnologia e Inovação para o período 2012-2015. O estudo constatou que os projetos dedicados ao estudo de áreas consideradas pelo MCTI como prioritárias, juntamente com as áreas que exercem forte influência sobre essas, como a biotecnologia e a nanotecnologia, concentraram em torno de 70% do valor total de material importado no ano de 2015. Esses dados permitem inferir que os temas abordados nesses projetos possuam estreito alinhamento com as diretrizes propostas pelo MCTI 2012-2015. O percentual dos projetos que abordam temas que não convergem para essas diretrizes foi 0,55%, embora não esteja relacionado nas diretrizes se constitui um projeto importante voltado para a preservação do patrimônio.

A elaboração das Diretrizes para a CT&I indicando os temas mais relevantes para o desenvolvimento do País é o primeiro passo para a execução de projetos que contemplem as áreas referidas. Após, é necessário formular políticas públicas que possam contribuir para o desenvolvimento nas instituições de pesquisa, principalmente nas Universidades, já que elas portam a maior parte dos pesquisadores. Nesse sentido o incentivo para importação de materiais para pesquisa científica é de extrema importância, pois cria um ambiente favorável e atrativo aos pesquisadores e isso impacta na melhoria da qualidade das publicações, na aprendizagem dos alunos, na formação de pesquisadores, no desempenho dos programas de pós-graduação e na cooperação com universidades internacionais.

Por fim, a amplitude do tema merece o devido aprofundamento em futuras pesquisas, sugere-se que outros dispositivos legais sejam objeto de análise, dando ênfase nas instituições envolvidas e como elas se constituem administrativamente para obterem os benefícios propostos nessas políticas. Justifica-se essa recomendação pelo fato de que nem todas as universidades possuem um setor de importação o que pode representar um gargalo para o desenvolvimento dessas pesquisas.

REFERÊNCIAS



BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951. Cria o Conselho Nacional de Pesquisas, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1 - 16/1/1951, Página 809.

BRASIL. Decreto nº 55.820, de 08 de março de 1965. Cria o “Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas - FINEP” e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1 - 9/3/1965, Página 2511.

BRASIL. Decreto nº 91.146, de 15 de Março de 1985. Cria o Ministério da Ciência e Tecnologia e dispõe sobre sua estrutura, transferindo-lhe os órgãos que menciona, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1 - 15/3/1985, Página 4708.

BRASIL. Lei n. 8.010, de 29 de março de 1990. Dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2 abr. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/L8010.htm>. Acesso em: 26 out .2016.

BRASIL. Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 22 jun. 1993. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm>. Acesso em: 26 out. 2016.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Ciência, tecnologia e inovação: desafio para a sociedade brasileira – Livro Verde. Brasília: Academia Brasileira de Ciências. 2001.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012 – 2015. Brasília: Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2012.

BRASIL. Portaria Ministério da Fazenda nº. 904, de 03 de dezembro de 2015. Fixa o valor do limite global anual, para o exercício de 2015, das importações destinadas à pesquisa científica e tecnológica, nos termos da Lei nº 8.010, de 1990, alterada pela Lei nº 10.964 de 2004. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 07 dez. 2015. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=17&data=07/12/2015>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Indicadores Seleccionados de Ciência, Tecnologia e Inovação. Brasília: Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2015.

BRASIL. Portaria Ministério da Fazenda nº. 322, de 26 de julho de 2016. Fixa o valor do limite global anual, para o exercício de 2016, das importações destinadas à pesquisa científica e tecnológica, nos termos da Lei nº 8.010, de 1990, alterada pela Lei nº 10.964 de 2004. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 27 jul. 2016. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=11&data=27/07/2016>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. História e Missão. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

BRASIL. Financiadora de Estudos e Projetos. Histórico. Disponível em: <<http://www.finep.gov.br/a-finepexterno/historico>>. Acesso em: 02 mar. 2017.



Observatório do PNE. (2015). **Escolaridade média.** Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/8-escolaridade-media/indicadores> Acesso em 03 Set. 2017

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). (2013). **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.** Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/mapa/> Acesso em: 03 Set. 2017.

REHEN, S. K.; REBELO, M.; CADILHE, D.V. Dificuldades na importação de insumos para a pesquisa no Brasil. Disponível em: <http://www.abc.org.br/IMG/pdf/doc-5785.pdf>. Acesso em: 23 ago 2017.

SCHWARTZMAN, S. Pesquisa universitária e inovação no Brasil. Avaliação de políticas de ciência, tecnologia e inovação: diálogo entre experiências internacionais e brasileiras. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, p. 19-43, 2008.